



## O PAPEL DO CRÉDITO RURAL FRENTE AO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Vagner Ocner Filho<sup>1</sup>

Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Editor Científico: Maria Amelia Jundurian Corá

### RESUMO

Este artigo busca identificar o papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil durante o período de 2010 a 2015, considerando a importância do acesso ao crédito agrícola para o desenvolvimento do setor rural. São apresentadas elucidaciones no que tange aos conceitos de crédito para Keynes, Kalecki e Schumpeter, bem como a teorização do crédito agrícola como pedra angular do crescimento do setor e seu efeito multiplicador. Por fim, se faz necessária a explanação conceitual do crédito agrícola segundo o Manual do Crédito Rural do Banco Central além da evolução do crédito e da produção de grãos.

**Palavras chave:** Crédito agrícola; Crescimento Econômico; Produção de grãos; Investimento.

### ABSTRACT

*This article seeks to identify the role of credit front of the economic growth of Brazil during the period 2010-2015, considering the importance of credit to the rural division. Elucidations are presented in relation to credit concepts from Keynes, Kalecki and Schumpeter and the theorizing of agricultural credit as a cornerstone for the sector's growth and its multiplier effect. Finally, the conceptual explanation of agricultural credit according to the Central Bank's Rural Credit Manual becomes necessary, in addition to the credit evolution and grain production.*

**Keywords:** *Agricultural credit. Economic growth. Grains production. Investment*

---

<sup>1</sup> Economista, mestrando em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, bolsista CAPES.

## 1 INTRODUÇÃO

Já faz parte de um passado a reação a uma forte crise econômica onde a atuação econômica restringia-se à criação de cenários ainda mais pessimistas com a suspensão de investimentos ou a busca de novos negócios.

A avaliação deste paradigma, ou seja, qual a forma mais eficiente, no longo prazo, de garantir a melhor alocação dos recursos na economia é uma questão demasiadamente debatida. No momento atual, Keynes e a sua política viraram uma referência de políticas regulatórias e anticíclicas do Estado.

Sem dúvidas estamos no campo das incertezas e, por esta razão, o importante é admitir que diversos setores da economia precisam de uma intervenção inspirada nos princípios keynesianos, e, muito mais necessita dela o de agronegócios. Afinal, os fatores que agora afetam todos os setores produtivos - crise de liquidez, volatilidade dos mercados e da marcação dos ativos - estão atingindo com mais intensidade os produtores rurais e o agronegócio no Brasil.

O ano de 2015 foi um ano custoso para o cenário do agronegócio no plano nacional em razão de uma crise materializada em uma representativa queda no nível da atividade econômica, e que comprometeu fortemente o crédito. Este comprometimento do crédito, por sua vez, afeta o nível dos investimentos, impactando inevitavelmente a agricultura.

Se nesse ano o real desvalorizado frente ao dólar foi favorável para garantir a rentabilidade de parte do setor e melhorar a competitividade nas exportações, por outro lado, impulsionou os custos de produção, inclusive para o plantio e para os cuidados da nova safra de grãos e dos demais produtos. O incremento nos preços dos insumos ocorreu em um momento de dificuldades de acesso ao crédito e de cautela em relação aos rumos da economia brasileira.

A dinâmica do mercado internacional requer, entretanto, que nosso país amplie as estratégias e supere as dificuldades internas. A crise econômica no país afeta o agronegócio, mas não impede projeções otimistas, incluindo a contribuição do governo para criar ambiente favorável a investimentos e efetiva presença no comércio global.

O empresariado brasileiro do setor tem demonstrado capacidade, visão e empreendedorismo e o agronegócio é hoje o ponto alto da economia. Pesquisa, tecnologia e investimentos levaram a nossa produtividade a índices até superiores a países desenvolvidos. Apenas para ilustrar, a produtividade da soja brasileira saiu de 1,8 toneladas por hectare para 4,7 toneladas no ano de 2015.

O Brasil tem enorme potencialidade, clima favorável, área para a produção agrícola com extensão ainda longe da saturação e por isso agrega condições para se consolidar não apenas como celeiro global, mas capaz de responder à demanda futura. Porém, um dos

mais críticos problemas é interno e a melhoria depende de políticas públicas que interfiram no mercado por meio de políticas dirigidas, como é o caso da política agrícola para agricultores comerciais e familiares no Brasil.

Esse problema é o binômio infraestrutura/logística, que começa exatamente na falta de investimentos públicos em armazenagem, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. O escoamento da produção brasileira de grãos ainda é uma das principais preocupações dos elos da cadeia produtiva do agronegócio. Diante dos gargalos logísticos e da ampliação da produção nacional nas últimas temporadas, existe a necessidade urgente de ampliar a oferta de modais de transporte, como o hidroviário.

Um levantamento da Associação Brasileira de Exportadores de Cereais mostra que os produtores sofrem prejuízos anuais que chegam a US\$ 4 bilhões em razão da situação caótica da logística para a exportação de soja e milho. Esse montante considera as perdas decorrentes das estradas esburacadas, falta de armazéns e burocracia nos portos, o que piora com seguidas greves setoriais. Atualmente, mais de 80% da safra brasileira de grãos percorrem o trajeto das fazendas até os portos em caminhões. Esse modal, além de consumir parte do lucro dos produtores, enfrenta problemas de estradas com asfaltos em má condição de conservação e congestionamento nas proximidades dos principais portos.

O benefício econômico e social gerado por cadeias produtivas do agronegócio e o papel estratégico do negócio reforçam a relevância do campo para o meio urbano, mostrou a conferência de abertura do 3º Fórum de Agricultura da América do Sul.

É oportuno lembrar a demasiada citada frase de que no futuro a nação que possuir água potável e produzir alimentos em abundância dominará. Certamente o Brasil não quer dominar, mas se não tomar providências corre o risco de ser dominado.

## **2 ABORDAGEM TEÓRICA**

O crédito ocupa papel proeminente numa economia capitalista, pois ao liberar o ato de investir do ato prévio de poupar, permite a transformação do *espírito animal* do empresário em realidade objetiva de investimento (CARVALHO, 2005).

Isto significa, portanto, que o crédito atua sobre o componente de gasto da demanda agregada, mas está sujeito a flutuações cíclicas do componente que dita o compasso de uma economia capitalista: o investimento. Isto porque conforme demonstrado por Kalecki (1977), em um sistema simplificado, são as mudanças no investimento que provocam alterações na renda. O investimento incorre em efeitos irradiantes sobre os demais componentes de gastos do sistema, e cumpre a função vital de gerar o que Keynes (1936) intitula de demanda efetiva.

Assumindo função primordial no processo de crescimento econômico, pois dinamiza, segundo Schumpeter (1911), a *destruição criadora*, o crédito dispõe de viabilidade à introdução de inovações capazes de operar no sentido de dinamizar os ciclos de negócios. Desta forma, o crédito viabiliza a aquisição de forças produtivas necessárias para a produção de bens e serviços, caracterizando-se como mecanismo indispensável para a dinâmica do sistema.

A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito (Schumpeter, 1911, p.74).

Schumpeter mostra que a transmissão do crédito ao empresário é fundamental à condução e desenvolvimento da sociedade capitalista, já que “através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela” (SCHUMPETER, 1982, p. 74), garantindo a ele condições para a realização de seus projetos.

Ao desenvolver a Teoria da Dinâmica Econômica (1977), Kalecki elaborou uma alternativa de crescimento para economias em desenvolvimento. Dentre as alternativas levantadas, cabe o destacamento de uma para elucidação: em economias em desenvolvimento, a elasticidade-renda da demanda por alimentos é alta, enquanto a elasticidade da oferta agrícola é baixa.

Nas economias em desenvolvimento, há uma capacidade ociosa, o que significa que o produto poderia crescer significativamente a curto prazo, tendo em vista que o principal requisito para que isso ocorra é o aumento da demanda efetiva. Para Kalecki, há três maneiras de realizar esse aumento da demanda: por meio de gastos governamentais em investimentos públicos ou subsídios para o consumo de massa, pelo estímulo aos investimentos privados, e pela redistribuição de renda das classes altas para as de baixa renda (KALECKI, 1997 apud LÓPEZ; PUCHET; ASSOUS, 2009).

Outro ponto em destaque levantado pelo autor é a dificuldade do financiamento, ou seja, não é qualquer indivíduo que a ele tem acesso. A maior parte dos financiamentos é usufruída por indivíduos que já são detentoras de capital, ou melhor, o que determina quem terá acesso ao mercado de crédito é o montante de capital de uma empresa ou pessoa.

O que estimula os indivíduos a realizarem investimentos é a concorrência entre os capitalistas, levando-os a introduzir inovações tecnológicas e, conseqüentemente, a investir. Assim, quando não há mais inovações, a economia para de crescer.

Assumindo os termos de Keynes, o crédito constitui o financiamento (finance) que promove a geração de renda. Como uma parte da renda não é consumida, o investimento cria sua própria poupança, viabilizando o *funding* para intensificar e ampliar a capacidade produtiva. Dá-se, portanto, que uma economia com baixo desenvolvimento financeiro viabiliza uma deseconomia em cadeia, um sistema onde se reprime o espírito empreendedor do empresário no que se refere ao investimento. O ciclo de negócios passa a ser obstaculizado não pela inexistência de poupança, mas sim pela interrupção de seu fator gerador, o investimento.

O investimento influencia a oferta de demanda agregada, embora sob diferentes temporalidades. Entretanto, não se deve desprezar o papel das operações de crédito não continuamente relacionadas às decisões de investir, como o crédito ao consumidor. Isto porque as decisões de investir são condicionadas pelas expectativas em relação ao comportamento futuro da economia. Portanto, a existência de crédito ao consumidor apresenta-se enquanto estímulo suplementário às decisões de investir.

Os bancos são instituições capazes de criar crédito independentemente de depósitos prévios, uma vez que a flexibilidade de suas operações lhes permite emprestar recursos sem ter disponibilidade em caixa: a moeda é criada pelos bancos na forma de obrigações que emitem contra si próprios. Por sua vez, aqueles são importantes não apenas por avalizarem as posturas econômicas otimistas dos empresários, viabilizando a realização de projetos de investimentos e transferindo a moeda da circulação financeira para a circulação industrial, mas também por serem capazes de influenciar tais posturas. Caso as suas expectativas, formada sob um ambiente de incertezas não probabilístico, em relação ao futuro sejam pessimistas, estas instituições irão optar pela circulação financeira ao invés da circulação industrial, influenciando os preços dos ativos de capital e financeiro além de modificarem o grau de preferência por liquidez por demais agentes da economia (FERREIRA FILHO, 2000).

Por conseguinte, o banco não é entendido enquanto um mero agente passivo, subordinado às determinações das autoridades monetárias, cuja única função seja a transferência de recursos de agentes superavitários para os agentes deficitários do sistema (FREITAS, 1997). Efetivamente, a postura destas instituições será fortemente influenciada por suas percepções em relação ao cenário econômico futuro, percepções estas que são frutos de suas expectativas em relação ao comportamento da taxa de juros e da eficiência marginal do capital sob uma contextualização incerta.

*Thus the behaviours of each bank, though it cannot afford to move more than a step in advance of the others, will be governed by the average behaviours of the bank as a whole – to which average, however, it is able to contribute its quota small or large. Each bank chairman sitting in his parlour may regard himself as the passive instrument of outside forces over which he has no control; yet the outside forces may be nothing but himself and his fellow-chairmen, and certainly not his depositors (KEYNES, 1930, p.23).*

Deve-se destacar que a demanda por transação e a demanda por precaução são funções da renda, enquanto que a demanda por especulação depende da taxa de juros e do estado de expectativas. Destaca-se ainda que a taxa de juros  $R_a$ , segundo Keynes, pode ser definida pela seguinte fórmula:  $R_a = a + q - c + l$  em que a taxa de juros ( $R_a$ ) é o resultado do valor do ativo (a) mais o rendimento do ativo (q), menos o custo de carregamento (c) mais o prêmio de liquidez (l). Dessa forma a preferência pela liquidez dos agentes é resultado de um *trade-off* entre retornos monetários ( $a + q - c$ ) e (l) prêmio de liquidez (PAULA, 1999).

Em um contexto de baixa incerteza do futuro e de inexistência de outros ativos menos arriscados que permitam o alcance da rentabilidade esperada, os bancos optarão por um conjunto de ativos cujo retorno monetário seja elevado, como a operação de crédito<sup>2</sup>. Vale ressaltar, no entanto, que antes de emprestar estas instituições farão uma análise comparativa dentre os retornos esperados deste tipo de aplicação com a taxa própria de juros (retorno) de todos os demais ativos que possam compor seu portfólio. Por conseguinte, mesmo havendo demanda por empréstimos, os bancos podem racionar o crédito caso existam aplicações mais atrativas, face o contexto vigente de expectativas.

Como visto na explanação acima, os bancos são entidades capazes de criar crédito independente de depósitos prévios através da criação de moeda bancária. Desta maneira, tais instituições financeiras têm papel angular na determinação do volume de financiamento na economia ao estabelecer o volume e condições sob os quais o crédito é ofertado.

Deste modo, as instituições bancárias têm papel fundamental no processo de crescimento econômico, pois somente se elas dividirem o otimismo dos empresários no período de crescimento e acomodarem suas demandas por crédito pode uma economia monetária crescer:

Os bancos detêm uma posição chave na transição de uma escala de atividade mais baixa para outra mais alta. Caso eles se recusem a acomodar a demanda por crédito, um ampliado congestionamento no mercado de empréstimos de curto termo irá inibir o crescimento, não importa o quão parcimonioso seja o público no uso de suas rendas futuras. Por outro lado, haverá sempre exatamente poupança ex-post suficiente para promover o investimento ex-post e assim liberar o financiamento que

<sup>2</sup> No que se refere às operações de crédito, a incerteza será em relação à capacidade futura de pagamento (principal + juros). A incerteza contemplará não apenas o cenário macroeconômico, mas todas as interferências que exercem influência sobre a capacidade dos devedores de honrarem seus compromissos.

este último estava previamente empregando. O mercado de investimento não pode nunca ser congestionado por escassez de poupança. (KEYNES, 1937, p. 668-9. Apud. PAULA, 1999).

### 3 A AGRICULTURA COMO FATOR DE CRESCIMENTO

O crescimento do setor agrícola é alvo de estudos por vários teóricos do tema, tais como Hans Binswanger, John Antle, Theodore Schulz, Ruy Miller, entre outros. Eles demonstram que os principais fatores de oferta agrícola são o capital físico, a infraestrutura, o capital humano, a pesquisa, a extensão e densidade da população rural.

Quaisquer mudanças positivas nestes fatores determinariam o crescimento da economia agrícola, além disso, a mudança tecnológica na agricultura levaria ao incremento à produção da mesma através do aumento de estoque de capital físico.

Para Sarris (2001), os principais fatores que levariam ao crescimento do setor rural seriam a pesquisa financiada, as atividades em extensão e os investimentos em infraestrutura rural, sob a forma de estradas rurais, eletricidade, irrigação etc, importantes fatores de contribuição ao crescimento agrícola TFP<sup>3</sup>, além do investimento em capital humano.

Conforme elucidação, para que estes objetivos sejam alcançados, é imprescindível o acesso ao crédito para financiar estes fatores de crescimento agrícola.

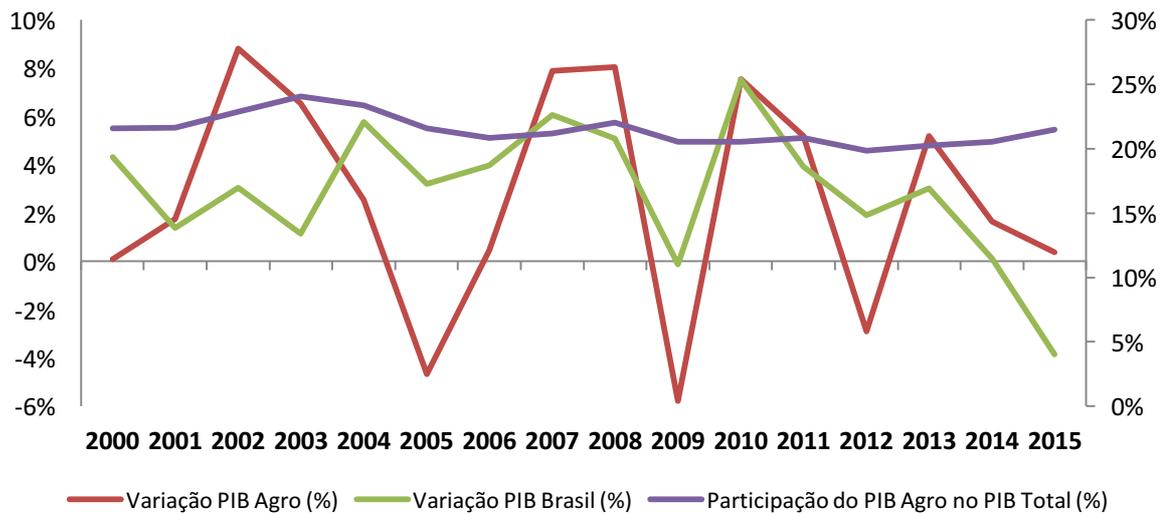
a importância do crédito está no papel dinamizador da atividade agrícola, contribuindo para o desenvolvimento integrado, para a difusão de inovações tecnológicas e para a expansão da produção, tanto para o mercado interno como o externo (González, apud KROTH; DIAS; GIANNINI, 2009, p. 4).

O setor agrícola apresenta, também, a função de multiplicador de desenvolvimento de outros setores. A agricultura possui, juntamente com o aumento da produção e da produtividade, funções de fornecer alimentos e matérias-primas, transferir mão de obra, formar um mercado consumidor dos produtos industrializados. A transferência de mão de obra do setor agrícola para outros setores tem como objetivo transferir mão de obra para setores mais produtivos. Por intermédio do setor agrícola, é possível ampliar o mercado interno, pois esse setor passaria a consumir bens e serviços finais do setor industrial (GERALDINE, 2005).

FIGURA 1 – Variação PIB agro e Brasil e a participação agro frente ao PIB total

---

<sup>3</sup> Corresponde aos principais determinantes da produtividade a fatores totais.



Fonte: CEPEA ESALQ/USP. Elaboração própria  
 Variação PIB Brasil: IBGE

A figura 1 delinea a variação do PIB agro e do PIB Brasil anualizado. Através do movimento das curvas pode-se constatar, principalmente a partir de 2008, a tendência contínua das duas variações concomitantemente, explicitando a tendência contínua entre elas. Independentemente do contexto macroeconômico, tem-se a linearidade da participação agro para com a produção Brasil desde o início da série.

### 3 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL<sup>4</sup>

O crédito rural se destina ao financiamento das atividades agrícolas custeando as despesas de cada ciclo produtivo, investimento de bens e serviços cujo aproveitamento se estende por vários ciclos produtivos, além da comercialização da produção. O crédito rural é classificado pelo Banco do Brasil em três grupos: custeio, investimento e comercialização.

Os governos, ao longo do tempo, criaram a estratégia para a produção agrícola, incorporada nos chamados “planos de safra”, comumente divulgados no início do segundo semestre civil de cada ano.

Os planos de safra trazem as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agricultura, como também, o montante de crédito a juros favorecidos a ser disponibilizado no ano safra, que depende da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional para ser viabilizado.

O governo, até 1994, exercia grande interferência no mercado através da Política de Preços Mínimos fazendo com que o financiamento do agronegócio brasileiro dependesse fortemente de recursos oficiais. Isto resultou em um grande descompasso entre o custo do

<sup>4</sup> Pautado no Manual do Crédito Rural do Banco Central (MCR).

financiamento e o preço dos produtos agropecuários, desse modo, o sistema financeiro reduziu a sua atuação no crédito rural em razão do elevado risco da atividade.

A estabilização da economia através do plano real, a definição de taxas prefixadas para o crédito rural, a criação de programas especiais para o reescalonamento das dívidas rurais, como Securitização Rural (1996), Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) (1998), Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) (1998) e Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Oficiais (2001) e a definição de novas linhas de crédito, contribuíram para a reversão desse cenário.

O Banco do Brasil, nesse período, aperfeiçoou o modelo de relacionamento comercial com os agentes das diversas cadeias produtivas, implementou novas modalidades de financiamento, desenvolveu novos mecanismos de apoio à comercialização, estimulou a prática de proteção de preços pelos produtores, reformulou o processo de concessão de crédito e de definição de risco dos empreendimentos agropecuários, implementou os programas de renegociação das dívidas anteriores a 1995, o que lhe garantiu posição de liderança no mercado do agronegócio. Uma verdadeira revolução no agronegócio brasileiro ocorreu através das medidas adotadas pelas áreas governamentais, pelo Banco do Brasil e o excelente trabalho das instituições de pesquisa, notadamente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tornando-o muito competitivo mesmo se comparado aos Estados Unidos, grande potência mundial tradicional nesse mercado.

Com o decorrer do tempo, o campo se modernizou e profissionalizou, os produtores atuam em toda cadeia produtiva e com reduzidos índices de inadimplência. Modificou-se, também, o perfil do financiamento da produção nacional, o crédito rural é responsável por 30% da demanda de crédito anual, outros 30% são atendidos pelas vendas antecipadas, inclusive Cédula de Produto Rural (CPR), trocas de produtos por insumos ou adiantamento de fornecedores, e os 40% restantes são provenientes de recursos próprios dos produtores.

As atividades rurais têm muitas especificidades, tais como a influência de fatores climáticos, a sazonalidade da produção e o tempo de desenvolvimento para que se tenha a respectiva colheita da produção. A junção destes fatores torna a gestão de recursos financeiros um fator de suma importância para o equilíbrio do setor.

Essa é atuação do crédito rural, correspondendo ao suprimento de recursos financeiros por intermédio de instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

### **3.1 CRÉDITO PARA CUSTEIO**

O crédito para custeio possui a finalidade de cobrir as despesas do ciclo produtivo da lavoura, da entressafra de lavouras permanentes, bem como as despesas de exploração pecuária e a industrialização de produtos agropecuários.

Segundo o Manual do Crédito Rural, do Banco Central, o custeio se classifica em agrícola, pecuário e de beneficiamento ou industrialização. Os beneficiários são os produtores rurais e suas cooperativas, tendo em vista que o montante de crédito de custeio ocorre em sazonalmente em cada safra (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

### **3.2 CRÉDITO PARA COMERCIALIZAÇÃO**

O crédito para a comercialização tem como objetivo central de avaliar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos à comercialização de seus produtos no mercado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

Ele é formado pelo crédito de pré-comercialização; empréstimos a cooperativas para adiantamento a cooperados; Empréstimos do Governo Federal (EGF); Linha Especial de Crédito (LEC) ao amparo de recursos obrigatórios; linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e o financiamento de proteção de preços ou prêmios de risco de equalização de preços (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

### **3.3 CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS**

O crédito para investimentos financiam tanto investimentos fixos quanto semifixos. Os fixos são destinados à construção, à reforma ou à ampliação de instalações permanentes, à aquisição de máquinas e equipamentos com duração superior a cinco anos, a obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo; ao desmatamento, à destoca, ao florestamento e ao reflorestamento, à formação de lavouras permanentes, à formação ou à recuperação de pastagem e à eletrificação e à telefonia rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

Os semifixos, por sua vez, correspondem à aquisição de animais de pequeno, médio e grande porte, à criação, à engorda ou a serviços, a instalações, a máquinas e a equipamentos com duração superior a cinco anos, à aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações e aeronaves e à aquisição de equipamentos empregados na mediação de lavouras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

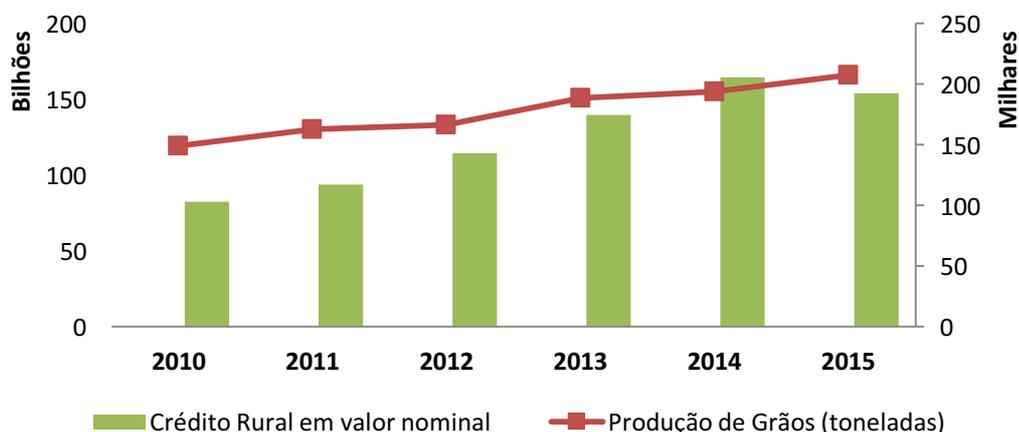
Os recursos do crédito para investimentos também podem ser destinados a despesas com projetos ou plano (custeio e administração), à manutenção do beneficiário e de sua família (salvo quando se tratar de grande produtor), e ainda à recuperação ou reforma de máquinas, tratores, embarcações, veículos e equipamentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016, MCR).

#### 4 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA E DA PRODUÇÃO DE GRÃOS – 2000 A 2015

A figura 2 retrata a variação do crédito rural anualizada (independentemente do plano de crédito) acompanhada do crescente movimento da curva da produção de grãos. A correlação entre as duas variáveis dá-se em 94% evidenciando forte concomitância entre crédito rural e produção de grãos.

Aplicando a técnica estatística dos mínimos quadrados encontra-se o coeficiente de determinação cuja variação do crédito rural representa 89% frente a variação da produção de grãos (a diferença pode ser explicada através do monitoramento espectral onde é avaliado a condição climática, condições da terra, pragas, variação de preço e atrasos nas entregas das sementes).

FIGURA 2 – Variação Crédito Rural e Produção de Grãos



Fonte: CEPEA ESALQ/USP. Elaboração própria  
Variação PIB Brasil: IBGE

O ano de 2010 apresentou aumento de 10% no volume de recursos do crédito rural em comparação com o ano de 2009<sup>5</sup>, e a produção de grãos teve acréscimo de 7% na produção de grãos relativamente à produção de 2009. Esse desempenho foi uma consequência do aumento na produção de trigo, soja, algodão, milho e feijão, todas essas culturas beneficiadas pelo aumento do uso de insumos agrícolas e dos investimentos em mecanização bem como pelas condições climáticas favoráveis.

Em 2011, houve aumento de 12% no montante de recursos de crédito agrícola; enquanto a produção de grãos teve acréscimo de 9% relativamente a produção de 2010.

<sup>5</sup> Foram utilizadas as respectivas fontes de financiamento no período: Os Fundos Constitucionais (40,2%), os Recursos Livres (62,5%), o Funcafé (2,24%), os Recursos de Governos Estaduais (37,05%), o 63 Rural (55,7%), os Fundos de Commodities (4.646,3%) e as outras fontes de recursos (1.423,1%).

Em 2012, ocorreu uma elevação de 18% no montante de recursos de crédito rural e aumento de 3% na produção de grãos, representando como reflexo dos efeitos negativos do clima que prejudicaram as culturas de soja e milho assim como um aumento nos custos de produção em decorrência do aumento dos preços dos insumos e dos fertilizantes.

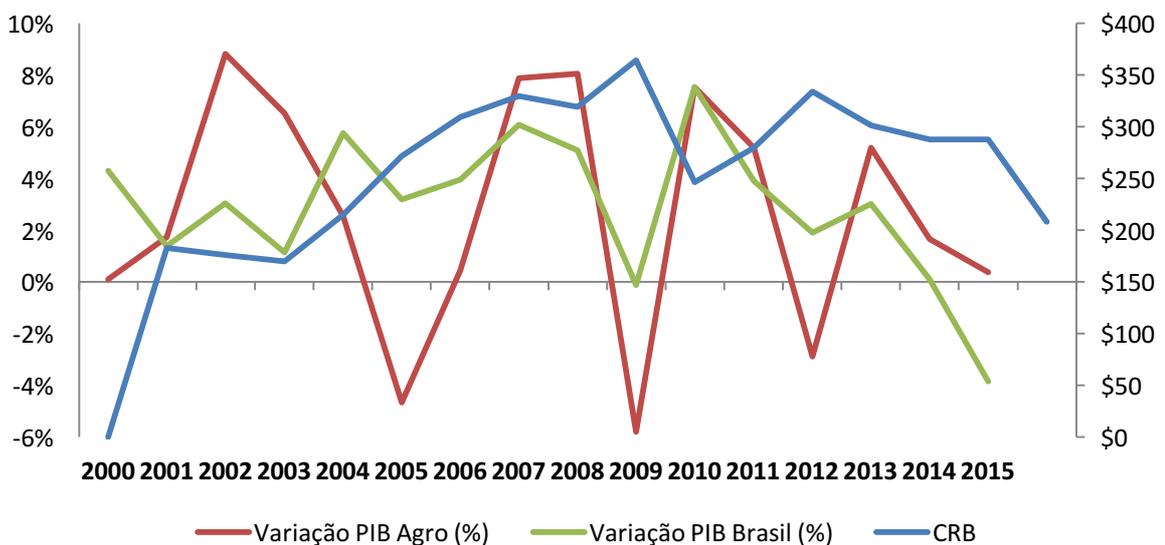
O ano de 2013 aponta a mesma elevação do crédito rural frente ao ano anterior com elevação de 12% na produção de grãos relativamente ao ano de 2012.

Em 2014 tem-se uma elevação de 15% no volume de recursos de crédito rural em comparação com o ano de 2013 com acréscimo de 3% na produção de grãos. Este desempenho na produção é derivado da redução da área plantada de culturas, mesmo com um expoente acréscimo na ordem de 10,8% da cultura do soja.

O ano de 2015 expõe redução de 6% no crédito rural em relação ao ano de 2014, porém com aumento de 7% na produção de grãos. A produção da safra de 2014/2015 bateu recorde, totalizando 207,7 milhões de toneladas, com aumento na produtividade em 6,5% (CONAB).

A produção da soja registrou aumento de 11,7%, com acréscimo de 5,9% na área plantada, número estimado pela CONAB em Maio de 2016. No que tange a produção do milho, tem-se um acréscimo de 5,3%, 83,4 milhões de toneladas, puxada pelo bom regime de chuvas ao longo do desenvolvimento da lavoura além de incremento na produtividade do cultivo.

FIGURA 3 – Variação PIB agro, Brasil e CRB



Fonte: CEPEA ESALQ/USP e CRB Trader. Elaboração própria  
Variação PIB Brasil: IBGE

Nota-se na figura 3 o movimento da variação do PIB agro, PIB Brasil e CRB<sup>6</sup> elucidando a correlação entre as variações do PIB frente a cotação do preço futuro da *commodity* agrícola. Esta representação gráfica tangencia o fato da dependência do Brasil frente às variações dos preços futuros negociados<sup>7</sup>.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou mostrar a significância do crédito agrícola de forma inescusável para o crescimento econômico do Brasil. Ao analisar a evolução do crédito rural no período de 2010 a 2015, constatou-se a real indispensabilidade de investimentos como ferramenta estratégica a sintomáticos progressos do sistema agrícola.

O ano de 2015 foi um ano custoso para o cenário do agronegócio em nível nacional devido ao advento da crise que comprometeu fortemente as políticas creditícias. Conforme a elucidação de postulados da literatura econômica, notabilizou-se que o crédito compromete, principalmente, os investimentos a quem mais demanda destes: agricultura.

No que cerne ao crescimento econômico e os postulados dos estudiosos do tema, elucidou-se que os principais fatores de oferta agrícola são o capital físico, a infraestrutura, o capital humano, a pesquisa, a extensão e densidade da população rural onde quaisquer mudanças positivas nestes fatores determinam o crescimento da economia agrícola, além disso, a mudança tecnológica na agricultura leva ao incremento à produção através do incremento de estoque físico acrescido de maior vantagem comparativa.

Finalmente, com o acumulado da disponibilidade creditícia de 109,1% e 48,3% da produção de grãos, no período analisado, tem-se a correlação de 94% entre as duas variáveis. Com um coeficiente de determinação, cuja variação do crédito rural representa 89% frente a variação da produção de grãos, nota-se a interferência da variação do CRB no dinamismo das curvas. Evidencia-se, portanto, o papel fundamental do crédito agrícola frente ao crescimento econômico.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL DO BANCO CENTRAL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

---

<sup>6</sup> O CRB (*Commodity Research Bureau*) é o índice que acompanha a cotação das principais matérias-primas negociadas em larga escala nas bolsas de mercadorias e futuros internacionais.

<sup>7</sup> O governo federal estuda reduzir os depósitos compulsórios como forma de ampliar o volume de recursos disponíveis para o agronegócio (agricultura, indústria e serviço) – iniciativa debatida num momento em que o setor agrícola tem conseguido escapar da recessão.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE CEREAIS. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/pt-br/servicos/historico-de-safras>>. Acessado em: 15 abril 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do Crédito Rural – MCR. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:dvGeropMCR>>. Acesso em: 9 abril. 2016.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Sistema financeiro, crescimento e inclusão, in: CASTRO, Ana Célia; LICHA, Antonio; Pinto Jr., Helder Queiroz & SABOIA, João (Orgs.) Brasil em desenvolvimento 1: economia, tecnologia e competitividade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. *On banks' liquidity preference*. In: DAVIDSON, Paul; KREGEL, Jean (Editors.). Full Employment and price stability in a global economy. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (org.). Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- \_\_\_\_\_. A economia keynesiana e a moeda na economia moderna. In: CROCCO, Marco & JAYME JR., Frederico (Org.). Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sobre a Preferência pela Liquidez dos Bancos. In: DE PAULA, Luiz Fernando & Oreiro, José Luís (Org.). Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FERRARI FILHO, Fernando. Os “keynesianos” neoclássicos e os pós-keynesianos. Ensaio Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, vol. 12, n.2, 1991.
- FREITAS, Maria Cristina P. de. Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária. In: CARNEIRO, Ricardo et al. Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização. São Paulo: Fundap, 2000.
- GERALDINE, D. G. Economia agrícola: contribuição real no real. Revista de Economia da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/145/139>. Acessado em: 3 jun 2016.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica: ensaios sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Tradução Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os economistas).
- KEYNES, J. M. (1936) A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

\_\_\_\_\_.(1930) *A treatise on Money: the pure theory of money*. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. *The collected writings of John Maynard Keynes*. New York: Cambridge University Press, 1971.

LÓPEZ, J.; PUCHET, M.; ASSOUS, M. Michael Kalecki: um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 29.

MARTINS, J. S. O Poder do Atraso. Hucitec. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. FFLCH Edições. São Paulo, 2007.

PAULA, Luis Fernando Rodrigues. Dinâmica da Firma Bancária: uma abordagem não convencional. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, 1999.

SARRIS, A. H. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico e na diminuição da pobreza: uma base empírica e conceitual. 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 07 maio. 2016.

SCHUMPETER, J. A. Teoria de desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Os economistas).

WOLFSON, M.H. *A Post Keynesian theory of credit rationing*. Journal of Post Keynesian Economics, Spring 1996.

WRAY, R. *A Keynesian theory of banking: a comment of Dymski*. Journal of Post Keynesian Economics. v.12, n.1, 1989.